



## MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

### ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – LOA 2018

Às **09 horas** do dia **09 do mês de outubro** do ano de **2017**, no plenário da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, estabelecido na praça Samuel Sabatini, nº 50, Centro, reuniram-se os munícipes e os vereadores. Todos com o objetivo de atender ao disposto no Artigo 48 da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 referente aos instrumentos de transparência da gestão fiscal mediante a **audiência pública para a apresentação e discussão da LOA 2018**. Estiveram presentes os seguintes **vereadores**: Ary de Oliveira, Bispo João Batista, Jorge Araújo, Lia Duarte, Martins Martins, Reginaldo Burguês e Toninho Tavares. Presentes os seguintes membros do **Conselho Municipal do Orçamento (CMO)**: José Luiz Gavinelli (Presidente), Secretário de Finanças; Neusa Maria Sacchi (Titular), Secretária Adjunta, Secretaria de Finanças; Alcir Pirani (Suplente), Diretor do Orçamento, Secretaria de Orçamento e Planejamento; Suzana Aparecida Dechechi de Oliveira (Titular), Secretária de Educação; Mary Aparecida Yamazaki Campanha (Suplente), Chefe de Divisão da Secretaria de Educação; Geraldo Reple Sobrinho (Titular), Secretário de Saúde; Karina Zoratti (Suplente), Secretaria de Serviços Urbanos; Luiz Lucas Castello Branco (Suplente), Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - CIESP/SBC. O **Executivo Municipal** esteve representado pelas seguintes pessoas: José Luiz Gavinelli, Secretário de Finanças; Júlia Benício, Secretária de Governo; Geraldo Reple Sobrinho, Secretário de Saúde; Luiz Roberto, Coordenador na Secretaria de Saúde; Stefanos Lazaro, Diretor na Secretaria de Saúde; Edson Massaropi Nakazone, Diretor na Secretaria de Saúde; Sandra Rocco, Gerente na Secretaria de Saúde; Tadeu Gusmão Buchmann, Assistente Técnico na Secretaria de Saúde; Suzana Aparecida Dechechi de Oliveira, Secretária de Educação; Marcelo Gama dos Reis, Diretor de Departamento da Secretaria de Educação; Eloá Flores, Diretora de Departamento da Secretaria de Educação; Luciano Eber Nunes Pereira, Secretário de Planejamento Urbano e Ação Regional; Pedro Antônio Aguiar Pinheiro, Secretário de Administração e Modernização Administrativa; João Abukater Neto, Secretário de Habitação; Maria Lucia Oliveira, Analista Processos II da Secretaria de Administração e Modernização Administrativa; Alline Maria Freitas, Analista Processos I da Secretaria de Administração e Modernização Administrativa; Maria Cristina Bezille, Chefe de divisão da Secretaria de Administração e Modernização Administrativa; Alexander Mognon, Secretário de Esportes e Lazer; Mirian Paz Martinez, Chefe de Seção da Secretaria de Transportes e Vias Públicas; Rosana de Moraes Nogueira, Encarregada de Serviços da Secretaria de Comunicação; Fernando Marini, Secretário Adjunto da Secretaria de Desenvolvimento Econômico; Sônia Maria de Lima, Diretora da Secretaria de Gestão Ambiental; Carlos Alberto Garcia Romero, Secretário Adjunto da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania; Zilda Martos Romero, Gerente de Orçamento da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania; Rosa Michiko Nikaido Kamiya, Oficial Administrativo da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania; Camila Hatty Ribeiro de Macedo, Assistente de Diretoria da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania; Carlos Takeo Ishikawa, Diretor da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania; Eunice de Cássia Santos Pereira, Diretora da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania;



## MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Francisco Pizzo, Encarregado de Convênios da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania; Wagner Augusto do Nascimento, Oficial Administrativo da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania; Mario Cesar, Secretário Adjunto da Secretaria de Serviços Urbanos; Luiz Henrique Watanabe, Gabinete do Prefeito; Fátima Praeiro dos Santos, Encarregada de Serviço da Secretaria de Segurança Urbana; José Carlos Gobbis Pagliuco, Secretário de Assuntos Jurídicos e Cidadania; Rogéria Leite Soares Gomes, Diretora de Contabilidade e Controladoria da Secretaria de Finanças; Roseli Cândida dos Santos, Assistente de Diretoria da Secretaria de Finanças; Luís Fernando Passarin, Assistente de Diretoria da Secretaria de Finanças; Fabiana Rodriguez Martins, Diretora Departamento Receita da Secretaria de Finanças; Ana Leticia Matheus Nunes, Assistente Técnico Programação Tributária da Secretaria de Finanças; Rodrigo Martins, Assistente Técnico da Secretaria de Finanças; Renata Sanchez Soares, Assistente Administrativo da Secretaria de Finanças; Tatiana Moncayo Rebucci, Assistente de Diretoria da Secretaria de Orçamento e Planejamento; Cristiano Liberato, Encarregado da Secretaria de Orçamento e Planejamento; Celmo Melo, Economista da Secretaria de Orçamento e Planejamento; Moisés Pais dos Santos, Economista da Secretaria de Orçamento e Planejamento. **Representantes da Administração Indireta:** Antônio Gilmar Giral dini, Diretor Administrativo e Financeiro da SBCPREV; Henrique Aparecido Vicente, Contador da SBCPREV; Marcos Galante Vial, Diretor Superintendente da SBCPREV; Milton Andrade, Contador da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo; Luis Pires de Paula, Diretor do Rotativo São Bernardo do Campo; Andressa Dias Longo, Contadora da Fundação Criança; Helena Medina, Assistente Administrativo da Fundação Criança; Ademir Silvestre da Costa, Presidente da ETCSBC; José Ernesto Ortega; Chefe de Contabilidade e Orçamento do IMASF; Francisco Eustáquio da Silva, Diretor Administrativo Financeiro da ETCSBC; Humberto Rodrigues da Silva, Diretor Presidente da Agência Reguladora de São Bernardo do Campo. **Assessores parlamentares:** Celio Roberto Lopes, Chefe de Gabinete; Eduardo Von Der Meer, Assessor de relações parlamentares; Waldiney Ferreira Guimarães; Robson de Oliveira; Deise Gil Zoli. **Municipes presentes:** Deiale Daphene Martins; Assistente Social da Casa dos Velhinhos Dona Adelaide; Edson Barros de Araújo; Psicólogo da Casa dos Velhinhos Dona Adelaide; Josiane Pereira de Oliveira, Assistente Social da instituição Aldeias Infantis SOS Brasil; Marcio Taceli; Assistente Social da instituição Aldeias Infantis SOS Brasil; Adriano Pereira de Lima; ONG Pequeno Cidadão; Simone Alves da Silva; Coordenadora Geral do Instituto Geração Futura; Natália da Silva Teotônio; Coordenadora Pedagógica do Instituto Geração Futura; Aparecida de Fátima Nascimento Muniz; Presidente do Instituto Assistencial Irmão Palminha; Rita de Cássia Rocha Marcolino; Conselheira Fiscal do Instituto Assistencial Irmão Palminha; Andrea Piccoli Oliveira; Coordenadora Administrativa do FUNCRAF; Ceregneia Oliveira; Assistente Social do Camp SBC. O Vereador Ary de Oliveira abriu a audiência explicando que a mesma visa assegurar a transparência da gestão orçamentária conforme dispõe o Artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal bem como o Artigo 44 do Estatuto da Cidade. Em seguida, anunciou a composição da mesa para a exposição do projeto de Lei: José Luiz Gavinelli – Secretário de Finanças; Alcir Pirani – Diretor do Orçamento; Tatiana Moncayo Martins Rebucci – Assistente de Diretoria. O Secretário de Finanças José Luiz Gavinelli cumprimenta o Vereador Ary de Oliveira e os demais presentes, agradece e cumprimenta Julia Benício, a secretária de



## MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Governo e os demais secretários. Também, agradece à equipe em nome da Secretária Adjunta, Neusa Sachi e Alcir Pirani, cumprimenta os demais funcionários e munícipes. Após as apresentações e agradecimentos, o Secretário diz que o objetivo da audiência apresentar e discutir a Lei Orçamentária Anual 2018. Realiza uma retrospectiva para dar transparência da situação financeira que o município atravessa. Os dados sobre a situação financeira, comparativo da arrecadação de receita abrangendo o período janeiro a setembro 2016/2017. Em sua fala, chamou a atenção para os seguintes destaques: queda do ICMS de 6,6% em relação ao ano passado; queda do IRRF (11,7%); queda da receita de Contribuições de Iluminação Pública – CIP - (5%). A Secretaria de Finanças realizou uma projeção de outubro a dezembro 2017 e constatou queda de 8,5% do ICMS, o que corresponde a R\$ 80 milhões; o total da queda receita corrente foi equivalente a R\$ 112,8 milhões. Em seguida, foram apresentados os gráficos ilustrando a queda das principais receitas. O Secretário lembrou que o Prefeito havia determinado austeridade na despesa pública. No dia 22 de setembro de 2017 foi publicada a Resolução da Secretaria de Finanças GSF nº 019 cujo Artigo 1º resolve: a partir do mês de novembro, até o mês de dezembro do último quadrimestre do presente exercício, as secretarias deverão reduzir, no mínimo, 10% (dez) por cento na execução das despesas programadas no orçamento. Segundo o Secretário, até o mês de agosto foram economizados R\$ 165 milhões. O município herdou uma despesa corrente (restos a pagar) de R\$ 200 milhões e até a presente data, o município não devia a qualquer fornecedor. Enfatizou ainda que o prefeito tem como prioridade, manter a pontualidade, garantir os salários, pagamento de fornecedores e buscar o equilíbrio fiscal para entrar em 2018 sem nenhum tipo de compromisso. Em seguida, comentou sobre a base legal da Lei Orçamentária Anual (LOA), da Constituição Federal, da Lei Federal 4.320/64 e da Lei Orgânica do Município. Explicou o ciclo orçamentário e esclareceu que já havia sido entregue o projeto PPA 2018-2021, cuja audiência estava prevista para novembro. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) foi entregue em 30/04 e recebeu o nome Lei nº 6.561, de 19/06/2017. A LOA deverá ser entregue até 15/10 e deverá ser aprovada até 31/12/17. A LOA 2018 foi feita de acordo com as diretrizes estabelecidas no Programa Governar com Você, lançado em 18 de maio de 2017, não somente pelo *site*, mas também através de formulários disponíveis na Rede Fácil objetivando obter dos munícipes de São Bernardo do Campo as prioridades para o PPA 2018-2021 e a LOA 2018. As sugestões foram coletadas durante o período de 18 de maio a 30 de junho de 2017, através do *site* [www.governarcomvc.com.br](http://www.governarcomvc.com.br). Os votos foram contabilizados por segmentos (27.543 votos). As demandas votadas foram canalizadas para as unidades. Com relação ao orçamento fiscal, estima-se um total R\$ 5,5 bilhões, sendo Administração Direta (R\$ 4,9 bilhões) e Administração Indireta (R\$ 553,1 milhões). As transferências financeiras do Tesouro às autarquias municipais estão distribuídas da seguinte forma: SBCPREV (R\$ 261,9 milhões); Câmara (R\$ 77,5 milhões); ETC (R\$ 11,3 milhões); Fundação Criança (R\$ 12,5 milhões); Agência Reguladora (R\$ 1 milhão), totalizando R\$ 364,2 milhões. Detalhando a receita da Administração Direta, tem-se: Receita total: R\$ 4,9 bilhões; sendo receita tributária (R\$ 1,5 bilhão); Transferências Correntes (R\$ 1,6 bilhão); demais receitas correntes (R\$ 584,6 milhões); Concessão do transporte coletivo (R\$ 401,4 milhões); Receita de Capital (R\$ 1,09 bilhão). Foram utilizados alguns pressupostos para a previsão de receitas para 2018, tais como o IPCA (4,5%) e o PIB (0,48%). Existe expectativa de um



## MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

crescimento econômico maior. Quanto à composição da receita por categoria, o Secretário destacou: Receita Tributária (32%); Operações de crédito (13%); Receita Patrimonial (9%); Transferência de Capital (7%); Alienação de bens (3%); Outras Receitas de Capital (1%); Receita de Contribuição (1%). Total da Receita: R\$ 4,958 bilhões. Em relação à receita do tesouro, o ICMS representa 26,7% enquanto que o ISS representa 20,9%; o IPTU representa 17,6%; o IPVA 6,4%, o IR responde por 4,9% e o ITBI representa 2,8% da receita própria. O Secretário alertou para o fato de que o índice de participação dos municípios no ICMS previsto para 2018 deverá cair de 2,71 para 2,4. Quanto à Administração indireta, estima-se uma receita própria na ordem de R\$ 553,1 milhões. Também, foi explicado o financiamento da Administração Direta por função: Saúde; Transporte, Educação, Urbanismo, Habitação e demais funções. O Secretário comentou sobre a despesa total por secretaria: Secretaria de Administração e Modernização Administrativa (R\$1,1 bilhão); Secretaria de Transporte e Vias Públicas (R\$ 1 bilhão); Secretaria de Saúde (R\$ 958 milhões); Secretaria de Educação (R\$332,8 milhões); Secretaria de Habitação (R\$ 309,3 milhões). Foram detalhados os investimentos por fonte de recurso da Administração direta: Tesouro (R\$ 554,7 milhões); Estado (R\$ 8,1 milhões); Fundos (R\$ 30,5 milhões); União (R\$ 322,1 milhões); Parcerias (R\$ 4,2 milhões); Operação de crédito (R\$ 646,4 milhões). Quanto à receita própria da Administração indireta, o Secretário fez os seguintes destaques: SBCPREV (R\$ 351,1 milhões); IMASF (R\$ 140,4 milhões); Faculdade de Direito (R\$ 36,4 milhões); Fundação Criança (R\$ 17,3 milhões); Rotativo (R\$ 7,7 milhões); Agência Reguladora (não tem receita própria). Quanto ao financiamento da Administração Direta por Função, foram destaques: Saúde (R\$ 1,068 bilhão); Transporte (R\$ 1,060 bilhão); Educação (R\$ 937,4 milhões); Urbanismo (R\$ 405,6 milhões). Quanto à despesa consolidada do município, a Administração Direta deverá contar com R\$ 4,5 bilhões e a Administração Indireta disporá de R\$ 917,4 milhões. A questão que envolve os limites constitucionais, no que tange ao Pessoal, o limite máximo é 54% da receita corrente líquida e atingiu-se 32,64% (sem a Concessão do Transporte Coletivo, esse limite saltaria para 36,42%). Enquanto o gasto total previsto com Educação é de 26,71%, o gasto total com saúde é de 22,31%. Os limites mínimos para educação e saúde são 25% e 15%, respectivamente. Detalhamento das despesas com educação: Pessoal (56%); Investimentos (3%); Amortização da dívida (1%); Custeio (40%). Foram apresentados alguns números da educação. A cidade conta com 183 unidades escolares; 81.313 alunos; estimam-se despesas de R\$ 95 milhões com merenda escolar, sendo: R\$ 42,6 milhões oriundos do Tesouro e R\$ 52,4 milhões da União. Os gastos com uniformes e material escolar deverão atingir a cifra de R\$ 17,9 milhões, contando com os recursos do Tesouro. Já para o transporte escolar, estimam-se despesas de R\$ 40,5 milhões (EC 53). O Secretário explicou a aplicação Constitucional na Saúde e destacou alguns números de equipamentos: 04 Hospitais; 09 Unidades de Pronto Atendimento; 34 Unidades Básicas de Saúde; 03 Centros Especializados de Odontologia. Também, foram destacadas as principais ações por secretaria, entre elas: Transportes e vias públicas, Habitação, Segurança Urbana e Obras. Na Gestão de obras públicas, destaque para concessionárias e iluminação pública no valor de R\$72,8 milhões, sendo R\$ 48,2 milhões para o Fundo de iluminação pública que recentemente foi criado pela Câmara com o objetivo de vincular o recurso que for arrecadado com a CIP. O Secretário também esclareceu que o município herdou uma dívida com a Eletropaulo e já na época deveria haver a vinculação e o município teve que fazer



## MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

um parcelamento. Na conta da CIP, o saldo era zero quando a atual administração assumiu. O que for arrecadado com a CIP será obrigatoriamente investido em iluminação pública. Os recursos estimados para Secretaria de Transportes e vias públicas somam R\$ 1,052 bilhão, sendo os principais programas: Gestão de Sentenças Judiciais, Dívida Pública e outros encargos (R\$ 1,2 bilhão); Programa de transporte urbano etapa II – São Bernardo Moderna (R\$ 163,9 milhões); Mobilidade urbana e transporte de qualidade (R\$ 887,0 milhões). O orçamento da secretaria de Habitação está estimado em R\$ 309,3 milhões, mediante o programa A Casa é Minha; a secretaria de Segurança Urbana deverá contar com o programa Segurança com cidadania e inteligência (R\$ 10,4 milhões); destaca-se a secretaria de Obras com o programa Gestão de Obras Públicas, Concessionárias e Iluminação Pública (R\$ 72,8 milhões); Gestão Ambiental (\$1,9 milhão), mediante o programa Desenvolvimento Socioambiental Sustentável; Desenvolvimento Econômico e Turismo com o programa Emprega São Bernardo (\$ 3,6 milhões); Desenvolvimento Social e Cidadania (R\$16,8 milhões), com os programas São Bernardo Garantindo Direitos (\$15,2 milhões) e São Bernardo Aprimora SUAS (\$1,5 milhão), Cultura (\$ 7,8 milhões) com o programa Cultura 365 Dias por ano; Esporte (R\$20,9 milhões), com o programa São Bernardo dos Esportes. Também, foi detalhado o orçamento da Administração Indireta: Câmara (R\$ 69,3 milhões); SBCPREV (R\$ 630,3 milhões); FDSBC (R\$ 32,3 milhões); IMASF (R\$ 135,4 milhões); Empresa de Transporte Coletivo (R\$ 11,3 milhões); Fundação Criança (R\$ 29,8 milhões); Rotativo São Bernardo (R\$ 7,7 milhões); Agência Reguladora (R\$ 1 milhão). Foi informado que o prefeito, através de uma lei, que a Câmara aprovou um recurso da ordem de R\$ 20 milhões para auxiliar no pagamento das despesas do IMASF. Os principais fornecedores (credores) do IMASF são Hospital São Bernardo, Eifort e Beneficência Portuguesa. Na última sexta-feira foi fechado um acordo e, portanto, Hospital São Bernardo, Prefeitura e IMASF já entraram em um acordo. O Secretário finaliza comentando que a audiência está atendendo à legislação. Agradece à presença de todos os secretários e superintendentes. Coloca-se à disposição para qualquer dúvida. Solicitou que as perguntas fossem realizadas de forma que as secretarias pudessem responder todas de uma vez. Uma vez que não houve questionamento, o Vereador Ary encerra a audiência agradecendo a presença de todos os presentes. Acesso ao projeto de lei - LOA 2018. <http://www.saobernardo.sp.gov.br/> - Acesso da Informação/Portal da Transparência/Planejamento Orçamentário/LOA/2018.